



SENADO FEDERAL
 Secretaria de Comunicação Social
 Secretaria de Engenharia de Comunicação
 Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação	2
2. Forma de contratação	6
3. Requisitos do fornecedor	8
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	10
5. Modelo de gestão	11
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	11
7. Obrigações da Contratada	12
8. Regime de execução	16
9. Condições de recebimento do objeto	16
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	16
11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR	17
12. Forma de pagamento	21
13. Condições de reajuste	21
14. Garantia contratual	22
15. Plano de contratações	22
16. Responsável pela elaboração do TR	22
ANEXO I	24
1. Especificações técnicas do objeto	24
2. Critérios e práticas de sustentabilidade	26
ANEXO II	27
1. Valor estimado da contratação	27
ANEXO III	28
1. Modelo de Relatório Mensal de Prestação de Serviço	28





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

TERMO DE REFERÊNCIA 07/2025 - (CORTV)

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Link de Fibra Óptica para a transmissão Unidirecional de Sinal de Vídeo Digital (ASI-BTS) entre a TV Senado e o Centro de Transmissão do Colorado e para transmissão unidirecional de sinal áudio digital (AES/EBU) entre o estúdio da Rádio Senado e o Centro de Transmissão do Colorado, com fornecimento de equipamento em regime de comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

1.2.1.1. A transmissão da TV Senado em sinal aberto no Distrito Federal ocorre a partir do Centro de Transmissão do Colorado. Para que o sinal digital de TV gerado nos estúdios chegue a esse Centro é necessário utilizar serviços tecnológicos que empregam meios ou recursos físicos para o seu transporte.

O serviço atualmente prestado para sanar a necessidade de existência de infraestrutura de comunicação via link ponto a ponto entre os estúdios da TV e o Centro de Transmissão é regido pelo contrato nº 128/2020. A avença foi prorrogada até o limite permitido, conforme disposto pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. O início da vigência contratual deu-se em 11/12/2020 tendo forçosamente a sua data final em 10/12/2025. Assim, é imposta a necessidade de uma nova contratação do mesmo serviço.

Ademais, durante o período de vigência do contrato, instalou-se um novo transmissor de Rádio FM no Centro de Transmissão do Colorado. O novo equipamento foi ativado em maio de 2024. Desse modo, tornou-se necessário o envio dos sinais de áudio dos estúdios da Rádio Senado até o Centro de Transmissão do Colorado como alternativa (backup) ao sinal do satélite via link de fibra óptica ponto a ponto. Na ocasião, optou-se por não se realizar qualquer aditivo ao contrato vigente. Aguardou-se oportunamente a ocasião para se formalizar e adicionar o transporte dos sinais da Rádio Senado FM ao serviço atualmente prestado.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Engenharia de Comunicação

Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. A quantidade a ser contratada se baseia no contrato a ser substituído. A topologia da estrutura de transporte dos sinais poderá continuar a utilizar uma infraestrutura externa, porém, agora, transportando dois sinais digitais gerados por duas fontes internas diferentes e distantes entre si, a saber: o sinal da TV Senado e o sinal da Rádio Senado. O sinal da TV Senado, padrão de TV digital (HDTV) no protocolo BTS (204 bytes) necessita de uma taxa de 35,5 Mbps (megabits por segundo). O sinal da Rádio Senado no padrão AES/EBU (24 bits) necessita de uma taxa de transferência de 10 Mbps (megabits por segundo).

Ressalta-se que os equipamentos necessários para a conversão digital/óptica dos citados protocolos (BTS e AES/EBU) para protocolos de transporte de rede são incompatíveis, justificando a contratação de (2) dois serviços em um mesmo grupo. Assim, para fins de cotação e para clara identificação dos serviços, separa-se os itens formalmente em formato de tabela. Limita-se, desse modo, ao quantitativo mínimo e unitário do link de fibra ótica ponto-a-ponto. A velocidade do serviço a ser contratado, ou seja, a velocidade do link de fibra ótica ponto a ponto é a mínima requerida para transferir as taxas de dados de áudio e/ou vídeo geradas pelas fontes dos sinais nos estúdios.

1.2.2.2. O quantitativo previsto no termo de referência para a contratação do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da administração, considerando o histórico de contratações conduzidas anteriormente e atualmente vigentes.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo manter a continuidade do acompanhamento das atividades legislativas desenvolvidas nesta casa, em sinal aberto, a qualquer cidadão detentor de qualquer tipo de aparelho de TV digital com antena ou Rádio FM na Capital Federal, sede do Senado Federal, garantindo a transparência estabelecida como uma das missões desta Casa.

Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, pois é possível adquirir o serviço por um custo justo, devido à atividade competitiva gerada pelo certame público, resultando na continuidade do necessário serviço de infraestrutura de *broadcasting*.

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da





SENADO FEDERAL

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Engenharia de Comunicação

Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

Administração, sem comprometer de forma injustificada a competitividade do certame, uma vez que os serviços pretendidos podem ser ofertados por amplo ramo formado por empresas prestadoras de serviços de internet via fibra óptica.

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. Contratos que serão substituídos com a contratação

Nº Contrato	Objeto	Término da vigência
128/2020	“Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transmissão unidirecional, via link de fibra óptica, do sinal de vídeo digital – ASI – BTS – da TV Senado ao Centro de Transmissão do Colorado, localizado em Sobradinho – DF, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos”.	10/12/2025

1.2.4.2.

Nº Contrato	Objeto	Valor
128/2020	“Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transmissão unidirecional, via link de fibra óptica, do sinal de vídeo digital – ASI – BTS – da TV Senado ao Centro de Transmissão do Colorado, localizado em Sobradinho – DF, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos”.	R\$ 110.705,40





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

Nº Contrato	Objeto	Valor
	Valor Total Anual	R\$ 110.705,40 ¹

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Mês	12	Prestação de serviços de transmissão unidirecional via fibra óptica do sinal digital da TV Senado ao Centro de Transmissão do Colorado	9.225,45 ²	110.705,40
2	Mês	12	Prestação de serviços de transmissão unidirecional via fibra óptica do sinal digital da Rádio Senado ao Centro de Transmissão do Colorado	9.225,45	110.705,40
Valor total anual (R\$)				221.410,80	

¹ Extraído do portal da transparência do Senado Federal acessado em maio de 2025.

² Valo extraído do portal da transparência do SF ([Detalhes de Pagamentos do\(a\) Contrato 128/2020 - Transparência e Prestação de Contas](#))





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.3.2. Não se adotará o Sistema de Registro de Preços (SRP) em face de a contratação não se amoldar a nenhuma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, tendo em vista que não há necessidade de contratações frequentes, destacando-se a natural previsibilidade na demanda do objeto.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

Será adotado o critério de adjudicação “global”, tendo em vista a existência dos seguintes fatores técnicos/econômicos que justificam o agrupamento dos itens em um único grupo:





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

- Critérios técnicos: O critério se justifica pois os serviços são idênticos na sua natureza. Ademais, como justificado no item 1.2.2.1, tecnicamente é possível utilizar uma infraestrutura externa para simplificar a instalação e a operação do sistema. O agrupamento dos serviços em forma de um grupo proporcionará facilidade de gerenciamento técnico interno em detrimento de uma separação dos serviços. Por fim, a centralização do fornecimento em uma única empresa contratada proporciona melhor controle e gerenciamento, maior agilidade e simplicidade na emissão de ordens de serviço, ou mesmo otimiza a comunicação, evitando a duplicação processual e de tempo gasto na resolução de problemas.
- Critérios econômicos: Entende-se que a economia de custos pode ser alcançada quando há apenas uma empresa contratada oferecendo uma infraestrutura externa ao invés de duas empresas oferecendo dois serviços através de duas infraestruturas separadas para a prestação de serviços semelhantes num mesmo local (Senado Federal – Centro de Transmissão do Colorado) em razão da diminuição dos custos que pode ser obtida com o aumento da escala de serviços fornecidos.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão de a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não se aplica ao objeto.

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

2.8.2. A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 se deve ao fato de o objeto não ser aquisição de bens de natureza divisível, não sendo permitida a subcontratação de microempresas visto tratar-se de contratação de empresa para a prestação de serviço de Link de Fibra Óptica, indivisível por sua natureza e por questão de interdependência, funcionalidade e compatibilidade entre os componentes que o constitui, exigindo controle e gerenciamento unificado por parte da Contratada.

2.9. Direito de preferência

2.9.1. Não se aplica ao objeto.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. Não se aplica ao objeto.

3.1.2. O Termo de Referência contém todas as informações necessárias às licitantes para a formulação das propostas.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.2.2. Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica pela licitante.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Engenharia de Comunicação

Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

3.2.3. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.2.4. Qualificação econômico-financeira

3.2.4.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.2.4.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$

a.2.2) $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$ e

a.2.3) $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$

3.2.4.3. As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

3.3. Necessidade de apresentação de amostras

3.3.1. Não se aplica ao objeto.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato, tendo em vista que a contratação objetiva a prestação de serviços com obrigações futuras por parte da contratada, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1.1. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada decorre da natureza da prestação de serviço público com a qual se relaciona, que é manter a transmissão de sinais digitais de TV e Rádio FM em regime contínuo e ininterrupto, operando 24 horas por dia, sete dias na semana, cumprindo os requisitos mínimos de serviço a serem prestados à população por estações transmissoras conforme estipulado por regulamentação legal. Consequentemente, os serviços ancilares à transmissão, ou seja, os serviços de infraestrutura de comunicação também se tornam de natureza continuada por serem imprescindíveis ao fim da atividade. A interrupção de um serviço de apoio essencial resultará na imediata interrupção da atividade específica desenvolvida pela SECOM tornando imperfeito o compromisso de transparência do Senado Federal perante a sociedade.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

4.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

4.2.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. A unidade gestora será o Núcleo de Gestão de Contratos de Infraestrutura e Comunicação – NGCIC.

5.1.2. A unidade fiscalizadora será a Coordenação de Transmissão de TV e Rádio da Secretaria de Comunicação Social – CORTV/SECOM.

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará através dos seguintes endereços eletrônicos: cortv@senado.leg.br e ngcic@senado.leg.br.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A Contratada iniciará a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, compreendendo a disponibilização dos links ópticos entre a Central Técnica da TV e o Centro de Transmissão e entre a Central Técnica da Rádio e o Centro de Transmissão, as interligações ópticas, a disponibilização dos equipamentos codificadores/decodificadores, modems e gerenciadores de rede, em regime de comodato, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço, acompanhada da nota de empenho.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.5. manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

7.1.6. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;

7.1.7. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.8. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

7.1.9. fornecer, através de regime de comodato, os equipamentos necessários para realizar a prestação de serviços, conforme especificações constantes do Anexo I deste Termo de Referência.

7.1.10. entregar ao órgão gestor da contratação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a finalização do fornecimento dos equipamentos, a relação completa dos equipamentos fornecidos em regime de comodato, com marca, modelo e número de série, para efeito de guarda pelo Senado.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Engenharia de Comunicação

Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

7.1.11. retirar em até 10 (dez) dias úteis após o término de vigência da contratação, os equipamentos de sua responsabilidade das dependências do Senado, mediante Guia de Autorização de Saída, emitida pelo órgão gestor da contratação.

7.1.12. oferecer suporte técnico e responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos componentes do sistema que se caracteriza como instrumento necessário para a prestação do serviço a ser contratado durante toda a vigência da contratação, sem que isso implique custos adicionais para o Senado.

7.1.13. observar os níveis de suporte técnico a serem prestados, nos termos do Anexo II (Instrumento de Medição de Resultados) deste TR.

7.1.14. disponibilizar ao Senado Central de Atendimento (24 horas x 7 dias da semana) com a finalidade de dar tratamento aos Chamados de Suporte Técnico formalizados pelo órgão técnico do Senado:

7.1.14.1. nesse sentido, o órgão técnico do Senado deverá ter acesso aos dados de contato atualizados da Central de Atendimento da Contratada, como: a) endereço eletrônico (e-mail); b) endereço eletrônico web (URL); c) endereço físico; d) números de telefone (fixo e celular); e) contatos em mídias sociais (WhatsApp, Facebook, etc).





SENADO FEDERAL

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Engenharia de Comunicação

Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

7.1.15. registrar cada Chamado de Suporte Técnico iniciado pelo Senado em documento próprio, Ordem de Serviço (OS), a ser disponibilizado ao Senado, a qualquer tempo, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações: a) número do chamado do suporte técnico; b) nome do responsável pela abertura do chamado; c) data e hora da abertura do chamado; d) descrição da ocorrência reportada pelo órgão técnico do Senado; e) data e hora da conclusão do suporte técnico; f) procedimento adotado para sanar o problema; e g) data e hora da conclusão do chamado.

7.1.16. garantir o nível de serviço com disponibilidade mínima de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) de horas durante o mês para o link óptico, desconsideradas causas externas, como intempéries, problemas de infraestrutura ou outras, desde que devidamente justificadas junto ao órgão gestor da contratação.

7.1.17. a Contratada deverá iniciar o atendimento com vistas ao restabelecimento das condições normais de funcionamento do link óptico, no prazo máximo de 5 (cinco) horas, a contar da solicitação feita pelo Senado (abertura de chamado).

7.1.18. a Contratada deverá restabelecer o funcionamento normal do serviço dentro de até 5 (cinco) horas, contadas a partir do início do atendimento previsto no item anterior.

7.1.19. elaborar e apresentar ao SENADO **Relatório Mensal de Prestação de Serviços**, documento técnico que deverá ser analisado e atestado, pelo órgão fiscalizador, tal relatório deverá conter, no mínimo, as informações constantes do modelo do **Anexo III** deste TR, quais sejam: **a)** quantitativo de chamadas de manutenção abertos durante o mês; **b)** documentos de abertura de chamados; **c)** índice de falhas do Sistema durante o mês; **d)** índice de disponibilidade do sistema durante o mês. A contratada apresentará o Relatório ao fiscal, até o 5º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados.

7.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

7.3. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.4. Obrigações do Contratante





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

7.4.1. São obrigações do Contratante, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.4.1.1. fornecer a infraestrutura (energia elétrica, ar-condicionado e espaço físico para acomodação) para os equipamentos a serem disponibilizados.

7.4.1.2. fornecer o sinal de áudio e vídeo, no padrão SDI do sinal da TV Senado e o sinal de áudio, no padrão AES/EBU do sinal da Radio Senado.





SENADO FEDERAL
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria de Engenharia de Comunicação
Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

8. Regime de execução

8.1. A ordem de serviço para início da prestação do serviço será emitida pelo gestor do contrato e entregue à Contratada, via mensagem eletrônica, em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato.

8.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser prestados nas seguintes localidades:

8.2.1. Central Técnica da Rádio Senado, Senado Federal, Anexo II, Bloco B, CEP: 7095-600.

8.2.2. Central Técnica da TV Senado, Senado Federal, Anexo II, Bloco B, Subsolo, CEP: 7095-600.

8.2.3. Centro de Transmissão do Colorado, DF-001, Km 1, Parque Rodoviário DER, próximo ao posto do Colorado, CEP: 71551-705.

8.3. A ordem de serviço deverá ser recebida pela Contratada diretamente do fiscal do contrato, a qual indicará detalhadamente os serviços a serem realizados, seu quantitativo, bem como o local, a data e o horário em deverá ser prestado o serviço.

9. Condições de recebimento do objeto

9.1. Efetivada a prestação dos serviços, será emitido, **mensalmente**, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 10º dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do primeiro dia até o 15º (décimo quinto);

10.1.2. 0,25% (vinte e cinco centésimos porcentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).





SENADO FEDERAL
 Secretaria de Comunicação Social
 Secretaria de Engenharia de Comunicação
 Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

10.2. As demais hipóteses e condições de sanção deverão seguir as disposições da minuta-padrão de edital.

11. Previsão de adoção de Instrumento de Medição de Resultado – IMR

11.1. A contratada deverá prestar os serviços definidos neste Termo de Referência, de acordo com os níveis de serviço abaixo especificados, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR.

Indicador	
Nº 1 – Taxa Útil Operacional (TUO) do link óptico	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o funcionamento do link óptico durante as transmissões da TV Senado e Rádio Senado.
Meta a cumprir	Entre 99,5 e 100 % de TUO.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante Controle Através do Relatório Mensal pelo fiscal do Contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	A TUO será calculada, a partir da análise do Relatório Mensal, utilizando a seguinte expressão matemática: $TUO (\%) = \frac{THC - THP}{THC} \times 100$





SENADO FEDERAL

Secretaria de Comunicação Social

Secretaria de Engenharia de Comunicação

Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

	<p>THC</p> <p>Onde: THC(h) – Total de horas do serviço contratado por mês;</p> <p>THP(h) – Total de horas, em que o link óptico, permaneceu fora de funcionamento durante o mês.</p> <p>*Considerar-se-á, para efeitos de cálculo, que 1 (um) mês possui 30 (trinta) dias, ou seja, 720 (setecentos e vinte) horas</p>
Início de Vigência	Data de assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Para TUO inferior a 99,5%, serão aplicadas glosas, sobre a fatura mensal, conforme as seguintes faixas:</p> <p>$98,9\% \leq TUO < 99,5\%$, aplicação de glosa de 2%</p> <p>$98,3\% \leq TUO \leq 98,9\%$, aplicação de glosa de 4%</p> <p>$97,8\% \leq TUO \leq 98,3\%$, aplicação de glosa de 6%</p> <p>$97,3\% \leq TUO \leq 97,8\%$, aplicação de glosa de 8%</p> <p>$96,7\% < TUO \leq 97,3\%$, aplicação de glosa de 10%</p>
Sanções	Ultrapassado o limite de ajuste no pagamento de 10% do valor da fatura mensal, será aplicada a multa conforme demais hipóteses previstas na minuta padrão de edital.

Indicador	
Nº 2 – Prazo para o Início do Atendimento de Chamado	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento célere às demandas do órgão.





SENADO FEDERAL
 Secretaria de Comunicação Social
 Secretaria de Engenharia de Comunicação
 Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

Meta a cumprir	Até 5 (cinco) horas a partir da abertura de chamado.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante Controle de Chamado pelo fiscal do Contrato.
Periodicidade	Por ocorrência
Mecanismo de cálculo	Cada chamado será avaliado individualmente, para cada chamado onde o tempo t para o início do atendimento ultrapasse as 5 horas estabelecidas, será aplicada glosa de 2% sobre a hora de atraso, até o limite de 5 horas.
Início de Vigência	Data de assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Para t superior às 5 horas estabelecidas para início do atendimento, serão aplicadas glosas, sobre a fatura mensal, conforme as seguintes faixas: $0 < t \leq 1$, aplicação de glosa de 2% $1 < t \leq 2$, aplicação de glosa de 4% $2 < t \leq 3$, aplicação de glosa de 6% $3 < t \leq 4$, aplicação de glosa de 8% $4 < t \leq 5$, aplicação de glosa de 10%
Sanções	Ultrapassado o limite de ajuste no pagamento de 10% do valor da fatura mensal, será aplicada a multa conforme demais hipóteses previstas na minuta padrão de edital.





SENADO FEDERAL
 Secretaria de Comunicação Social
 Secretaria de Engenharia de Comunicação
 Coordenação de Transmissão de TV e Rádio

Indicador	
Nº 3 – Prazo para o Restabelecimento Normal do Serviço	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o pleno funcionamento do link óptico.
Meta a cumprir	Até 5 (cinco) horas a partir do início do atendimento.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Mediante Controle de Chamado pelo fiscal do Contrato.
Periodicidade	Por ocorrência
Mecanismo de cálculo	Cada chamado será avaliado individualmente, para cada chamado onde o tempo t para a solução do atendimento ultrapasse as 5 horas estabelecidas, será aplicada glosa de 2% sobre a hora de atraso, até o limite de 5 horas.
Início de Vigência	Data de assinatura do Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Para t superior às 5 horas estabelecidas para o restabelecimento normal do serviço, serão aplicadas glosas, sobre a fatura mensal, conforme as seguintes faixas:</p> <p>$0 < t \leq 1$, aplicação de glosa de 2%</p> <p>$1 < t \leq 2$, aplicação de glosa de 4%</p> <p>$2 < t \leq 3$, aplicação de glosa de 6%</p> <p>$3 < t \leq 4$, aplicação de glosa de 8%</p> <p>$4 < t \leq 5$, aplicação de glosa de 10%</p>
Sanções	Ultrapassado o limite de ajuste no pagamento de 10% do valor da

